

**LÍNGUA E CONTEXTO  
SOCIAL NO VIÉS  
AMAZÔNIDA:  
ANCESTRALIDADE E  
IDENTIDADE COMO  
TRANÇA DE SABERES  
AFRO-INDÍGENAS**

**LANGUAGE AND SOCIAL CONTEXT FROM AN AMAZONIAN PERSPECTIVE:  
ANCESTRY AND IDENTITY AS A BRAID OF AFRO-INDIGENOUS  
KNOWLEDGE**

Linguística & Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas • 20/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779269724](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779269724)

---

Ana Paula dos Santos Oliveira<sup>1</sup>

Shyrley de Almeida Alves<sup>2</sup>

Reginaldo Conceição da Silva<sup>3</sup>

Sérgio Nunes de Jesus<sup>4</sup>

---

## RESUMO

O estudo destaca a Amazônia como um território de profunda diversidade sociolinguística e cultural, onde a língua é mais que um instrumento de comunicação: é veículo de resistência, identidade e transmissão de saberes ancestrais. A “trança de saberes” simboliza a fusão entre matrizes afro e indígenas, fortalecendo a resiliência contra ameaças externas, além de atuar como escudo contra o desmatamento, pelo manejo comunitário dos territórios tradicionais. A preservação da língua materna é vista como ato político e afirmativo, que sustenta práticas culturais, espiritualidade e modos de convivência com a natureza. A ancestralidade é força dinâmica, que se manifesta na cultura física e na memória coletiva, guiando decisões de resistência contra projetos de exploração e destruição. A interculturalidade dialoga com o respeito às diferentes epistemologias, promovendo a educação contextualizada e plurilinguística, essencial para a sustentabilidade da região. A relação entre território, língua e identidade é indissociável; o território funciona como espaço sagrado e de autonomia, cuja preservação é vital para a manutenção da cultura e do modo de vida tradicionais. Assim, a proteção dessas identidades fortalece a soberania e contribui para o Bem-Viver na Amazônia.

**Palavras-chave:** Resistência; Diversidade; Saberes; Território; Soberania.

## ABSTRACT

This study highlights the Amazon as a territory of profound sociolinguistic and cultural diversity, where language is more than a communication tool: it is a vehicle for resistance, identity, and the transmission of ancestral knowledge. The “braid of knowledge” symbolizes the fusion of Afro and Indigenous matrices, strengthening resilience against external threats and acting as a

shield against deforestation through community management of traditional territories. The preservation of the mother tongue is seen as a political and affirmative act that sustains cultural practices, spirituality, and ways of living with nature. Ancestrality is a dynamic force manifested in physical culture and collective memory, guiding decisions of resistance against projects of exploitation and destruction. Interculturality engages in dialogue with respect for different epistemologies, promoting contextualized and plurilingual education, essential for the region's sustainability. The relationship between territory, language, and identity is inseparable; the territory functions as a sacred space of autonomy, whose preservation is vital for maintaining traditional culture and ways of life. Thus, protecting these identities strengthens sovereignty and contributes to Buen Vivir in the Amazon.

**Keywords:** Resistance; Diversity; Knowledge; Territory; Sovereignty.

## **RESUMEN**

Este estudio destaca la Amazonía como un territorio de profunda diversidad sociolingüística y cultural, donde la lengua es más que un instrumento de comunicación: es un vehículo de resistencia, identidad y transmisión de saberes ancestrales. La “trenza de saberes” simboliza la fusión entre matrices afro e indígenas, fortaleciendo la resiliencia frente a amenazas externas y actuando como escudo contra la deforestación mediante el manejo comunitario de los territorios tradicionales. La preservación de la lengua materna se entiende como un acto político y afirmativo que sostiene prácticas culturales, espiritualidad y formas de convivencia con la naturaleza. La ancestralidad es una fuerza dinámica que se manifiesta en la cultura física y en la memoria colectiva, orientando decisiones de resistencia contra proyectos de explotación y destrucción. La interculturalidad dialoga con el respeto a las

distintas epistemologías, promoviendo una educación contextualizada y plurilingüe, esencial para la sostenibilidad de la región. La relación entre territorio, lengua e identidad es indisociable; el territorio funciona como un espacio sagrado y de autonomía, cuya preservación es vital para el mantenimiento de la cultura y del modo de vida tradicional. Así, la protección de estas identidades fortalece la soberanía y contribuye al Buen Vivir en la Amazonía.

**Palabras-clave:** Resistencia; Diversidad; Saberes; Territorio; Soberanía.

## **INTRODUÇÃO**

A Amazônia não se constitui apenas como repositório de biodiversidade, mas como núcleo de diversidade sociolinguística e cultural sem paralelo no continente americano. Esse cenário é consequência da ocupação humana, fluxos migratórios e, mais recentemente, de processos de colonização marcados por conflitos e trocas simbólicas. O tema reside na compreensão de que a região não é espaço homogêneo, mas território onde a língua e a cultura são pilares fundamentais para a construção da vida social. Frequentemente, essas identidades singulares são invisibilizadas por discursos hegemônicos, que tentam reduzir o bioma ao vazio demográfico ou a mero almoxarifado de recursos naturais para o capital global.

Nesse território, a relação entre língua e contexto social não é fenômeno periférico, mas o próprio interior da existência e resistência das populações tradicionais. A língua na Amazônia, não atua apenas como instrumento de comunicação funcional; opera como veículo vital para a transmissão de cosmovisões e práticas

baseadas na identidade de povos indígenas e quilombolas. Assim, a compreender dessa dinâmica, requer a abordagem que reconheça a linguagem como prática socialmente situada. É por meio da fala que os sujeitos amazônidas negociam os espaços de poder e reafirmam a presença, no Estado que historicamente tentou silenciá-los a partir de políticas de assimilação linguística.

Sendo assim, a ‘trança de saberes’ surge como metáfora para descrever o encontro das matrizes afro e indígena na região Norte, pois essa interpenetração cultural manifesta-se em vocabulário compartilhado, ritos sincréticos e na própria organização comunitária. Nessa perspectiva, de acordo com Munanga (2015), a convergência entre diferentes heranças étnicas não deve ser vista como perda de pureza, mas como reforço da capacidade de resiliência frente às pressões externas.

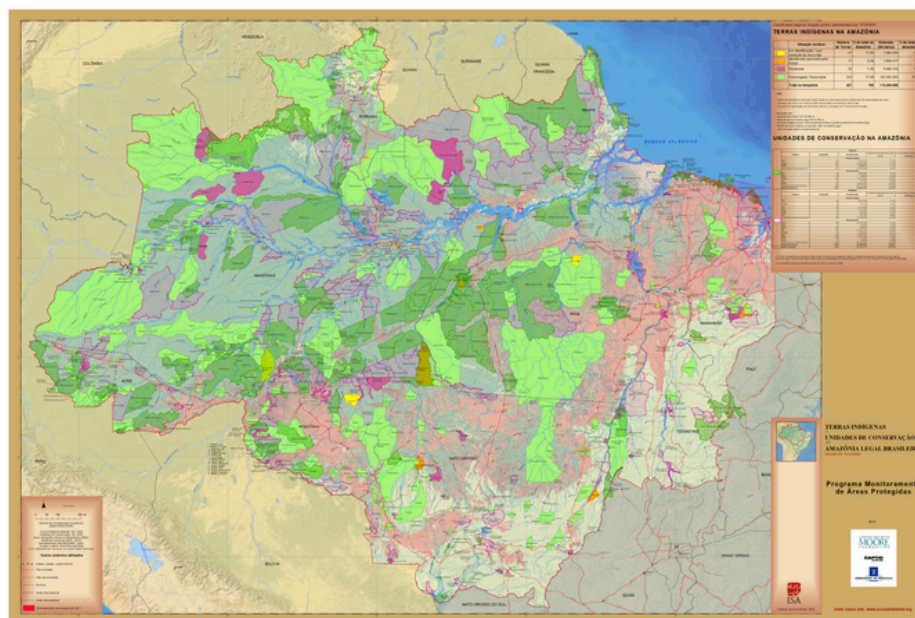
Sobre esse fenômeno de resistência e fusão, o estudo de Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020, p. 5) destaca com clareza a potência desse encontro:

*O contato dos povos originários de origem africana e indígena, no âmbito das relações sociais, espirituais e culturais, representa forte elemento de resistência aos processos de consolidação política, econômica e social de imposição de subalterna da identidade étnica.*

A configuração identitária na Amazônia não ocorre no vácuo, mas está intrinsecamente ancorada à posse e ao manejo da terra. Assim,

a 'trança de saberes' manifesta-se geograficamente por meio da coexistência de territórios étnicos que funcionam como barreiras contra o avanço do desmatamento. Essa correlação entre presença humana tradicional e integridade ecológica pode ser verificada na cartografia regional, onde a delimitação de terras indígenas e quilombolas atuam como escudo para a manutenção da biodiversidade e das línguas originárias.

**Imagem 1:** Mapa de Terras Indígenas e Quilombolas na Amazônia Legal.



**Fonte:** Instituto Ambiental (2016).

Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/amazonia/terras-indigenas-unidades-de-conservacao-e-desmatamento>. Acesso em. 11 mar. 2026.

Conforme evidenciado no mapeamento anterior, a preservação do bioma é indissociável da garantia jurídica desses territórios. Essa espacialidade reafirma a tese de Silva (2024) sobre a soberania, demonstrando-se que, a questão territorial não é meramente agrária, mas sim a base física para o exercício da alteridade cultural e

a reprodução dos sistemas linguísticos ancestrais que resistem à homogeneização nacional.

Dessa forma, a problemática que envolve as identidades amazônicas, está ligada à questão territorial e à soberania, pois a terra não é apenas recurso produtivo, mas o suporte físico onde a língua e a cultura podem ser exercidas na totalidade. Contudo, essa relação é tensionada por visões externas que enxergam a proteção dessas identidades como entrave ao desenvolvimento ou até como ameaça à integridade nacional. Na análise sobre o cenário regional, Silva (2024) observa que as disputas territoriais são o núcleo de grandes polêmicas políticas, nas quais a demarcação de terras indígenas frequentemente fomenta manifestações de setores contrários à cessão de áreas para grupos tradicionais.

É necessário, portanto, investigar de que modo as línguas tradicionais funcionam como ferramentas de resistência política frente às pressões de homogeneização. A manutenção das línguas originárias e dos falares quilombolas, configura-se como ato de insubordinação contra o apagamento das diferenças. Ao preservar a língua, a comunidade preserva o acesso ao seu passado e a capacidade de projetar o futuro autônomo, visto que, a língua é o arquivo vivo das lutas populares e o código que permite a interpretação do bioma sob a ética de cuidado que o modelo extrativista ocidental é incapaz de compreender ou valorizar.

A espiritualidade também desempenha papel fundamental, pois é o elo que une a palavra à terra sagrada. Na Amazônia, o sagrado é mediado pela linguagem que personifica rios e florestas, estabelecendo-se a relação de parentesco entre humanos e não humanos. Essa religiosidade afro-indígena é o que sustenta o

conceito de Bem-Viver, que se opõe à lógica de acumulação. Como afirmam Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020), essas práticas contribuem de maneira expressiva para a qualidade de vida na região, desde que respeitem a harmonia intrínseca entre o ser humano e a natureza, servindo-se como modelo de sustentabilidade real.

Outro aspecto crucial para essa análise, é a invisibilidade histórica das mulheres na transmissão desses saberes, pois são as verdadeiras guardiãs da oralidade e das práticas de cura, garantindo-se que, a trança identitária não se desfaça. Além disso, a língua materna é o ensinamento feminino que sustenta a estrutura familiar e comunitária. O reconhecimento do gênero como dimensão da política linguística, é essencial para a compreensão de como as identidades são mantidas vivas, sob condições de extrema vulnerabilidade social e econômica na fronteira amazônica.

Sendo assim, esse trabalho propõe-se a analisar essas dinâmicas sob a ótica interdisciplinar, cruzando-se a antropologia, a linguística e a sociologia política. O objetivo é demonstrar que a Amazônia não é apenas o coração do mundo, mas o laboratório de inteligências múltiplas que oferecem respostas à crise civilizatória contemporânea. Dessa maneira, a trança de saberes afro-indígenas, é o símbolo da cidadania plural que resiste à barbárie e propõe a nova ética global baseada na diversidade. Ao longo desse texto, exploraremos como cada tópico contribui para fortalecer essa visão de região que fala, reza e luta em línguas plurais.

Sobre a necessidade de valorizar essa junção cultural para o desenvolvimento regional, as pesquisas indicam que a fusão dessas tradições é o que permite a resiliência das comunidades. Segundo

Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020, p. 8), “A pajelança indígena e cabocla influencia, assim como é influenciada pela religiosidade afro-amazônica, produzindo uma amálgama cultural que é a base do Bem-Viver nessas comunidades”. Essa síntese é o que define a singularidade amazônica, transformando-se o contato cultural em potência criadora de novas formas de existência social e equilíbrio ambiental.

Conseqüentemente, a introdução delimita o escopo da pesquisa ao enfatizar a urgência de políticas linguísticas e direitos culturais que protejam esse patrimônio. Sem a garantia de que as línguas e os territórios tradicionais serão respeitados, o Brasil corre o risco de perder a riqueza imaterial insubstituível. A trança de saberes é, em última análise, o que mantém a Amazônia de pé, uma vez que, proteger os povos que tecem essa trança é proteger a própria vida no bioma. O presente artigo busca, assim, dar visibilidade a essas vozes que ecoam das matas e dos quilombos, reafirmando-se que, a língua é o território da identidade soberana.

## **1. LÍNGUA COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE CULTURAL**

A língua na Amazônia, não deve ser lida como bloco monolítico, mas como arquipélago de especificidades que refletem trajetórias históricas distintas. Conforme Silva (2025, p. 1) afirma, “A língua na Amazônia não atua apenas como um instrumento de comunicação funcional; ela opera como um veículo vital para a transmissão de cosmovisões”. Essa função transcende a troca de informações básicas, situando-se no campo da manutenção da alma coletiva e da soberania mental dos povos.

Para as comunidades indígenas e quilombolas, a fala é o primeiro território de soberania, onde a herança dos antepassados é preservada contra as tentativas de homogeneização. A identidade cultural é performada na especificidade do vocábulo, que carrega em si a visão de mundo de cada grupo social. O quilombola do Baixo Amazonas não fala como o ribeirinho do Marajó, pois cada grupo possui o substrato histórico que molda sua fonética e léxico, e atua como marcador de fronteira e de pertença cultural profunda.

Sobre a importância desse registro vivo da identidade por meio da fala, Nascimento (2012, p. 1) reforça:

*A manutenção das línguas tradicionais, longe de constituir um fenômeno meramente filológico, configura-se como um ato político de insubordinação contra a homogeneização cultural imposta por estruturas estatais que, historicamente, buscaram a integração via apagamento das diferenças.*

A língua é o espelho da biodiversidade. Quando uma língua indígena morre, desaparece com ela o nome de centenas de plantas e as propriedades medicinais que ainda não foram catalogadas pela ciência ocidental. A perda linguística, é a perda de dados vitais para a sobrevivência humana. Por isso, a manutenção desses falares, é prioridade não apenas cultural, mas biológica e ética, garantindo-se que, a inteligência acumulada por milênios não seja varrida pela globalização.

No campo da educação, a manutenção das línguas tradicionais exige a ruptura com os modelos pedagógicos monolíticos. A escola contextualizada na Amazônia, deve operar como centro de tradução e valorização, onde o léxico local é elevado ao *status* de conhecimento científico. A introdução de materiais didáticos que respeitam a fonética e a semântica de cada grupo são, portanto, a aplicação prática do ‘ato político de insubordinação’ descrito por Silva (2025), permitindo-se que, a sala de aula se transforme num espaço de reforço identitário em vez de apagamento.

**Imagem 2:** O uso de materiais na prática pedagógica intercultural na Amazônia.



**Fonte:** CEDEFES (2022).

Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/pesquisadores-cobram-dados-sobre-ensino-de-quilombolas-e-indigenas/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

Como demonstrado na imagem 2, a validação visual e escrita das línguas tradicionais impede o apagamento das cosmovisões amazônicas. Essa prática pedagógica é o que garante que o conhecimento etnobotânico e as terminologias de matriz africana permaneçam funcionais na estrutura social da comunidade.

A visualização dessa dinâmica pedagógica, demonstra que a educação intercultural é o suporte que impede a morte de línguas e, conseqüentemente, a perda de saberes etnobotânicos vitais. Ao validar a fala do aluno como veículo de cosmovisão, a instituição escolar deixa de ser ferramenta de assimilação estatal para se tornar o guardião da biodiversidade imaterial, garantindo-se que, a inteligência milenar das florestas permaneça codificada em termos originais.

As variantes linguísticas da Amazônia, como o 'português caboclo', são o resultado de séculos de negociação simbólica, pois carregam a sintaxe das línguas originárias sob o léxico português, criando-se a sonoridade única que identifica o sujeito do Norte em qualquer lugar do país. Esse sotaque é distintivo de honra, marca de que a resistência indígena continua viva nas cordas vocais de quem habita a beira do rio, transformando-se a língua do colonizador em ferramenta de expressão própria.

No contexto das comunidades quilombolas, a língua preserva termos de matriz africana que sobreviveram à diáspora. Esses termos são usados em momentos de intimidade ou de sagrado, visto que, funciona como código de proteção e fortalecimento do grupo. A língua, aqui, é o que garante que o quilombo continue sendo território livre, mesmo que cercado por pressões externas. Assim, falar a língua do grupo, é forma de fechar o corpo contra o preconceito e a descaracterização cultural.

O papel da escola nesse processo é ambíguo, pois pode ser ferramenta de apagamento ou de valorização. Políticas educacionais que impõem o português padrão sem respeitar as variantes locais, agredem a identidade da criança amazônica. Logo, a educação

contextualizada deve abraçar a língua local como o ponto de partida para o conhecimento, validando-se a experiência de vida do aluno. Só assim a escola cumpre o papel social de formar cidadãos conscientes e orgulhosos das raízes afro-indígenas.

A língua também se manifesta no espaço público como ferramenta de reivindicação política. Nas assembleias de povos da floresta, o uso da língua materna para discursar é ato de soberania que obriga o Estado a ouvir nos termos da cultura local. A tradução torna-se, então, ponte de diálogo intercultural onde o poder é negociado, onde a luta pelo direito à língua é inseparável da luta pela terra, pois ambos são os pilares da dignidade humana nesses territórios.

Além disso, a literatura oral - os mitos e lendas - depende da língua para manter a eficácia simbólica. O Curupira ou a lara perdem a força quando explicados em termos racionais ou traduzidos sem a alma do vernáculo amazônico. A língua dá vida a esses seres, que são os guardiões éticos da floresta. Sem a língua que os criou, o imaginário amazônico corre o risco de se tornar apenas mercadoria turística vazia de sentido.

Assim sendo, a língua é o tecido que une os fios da trança de saberes, visto que, não é estática; evolui com o contato, mas mantém a essência como repositório de memórias. A proteção das línguas da Amazônia é a proteção da capacidade humana de pensar em alternativas ao modelo de vida predatório. É, em última análise, garantir que a humanidade continue a ter acesso à sabedoria da floresta, por meio das vozes que a conhecem desde o início dos tempos.

## **2. ANCESTRALIDADE E MEMÓRIA COLETIVA**

Diferente da visão linear ocidental, a memória coletiva afro-indígena é a força contemporânea absoluta que se atualiza na prática sociocultural diária. Como define Munanga (2015), manifesta-se no preparo do grafismo, na escolha das ervas e na entonação das narrativas orais. Não se trata de ‘resquício’, mas de potência que guia o presente. Nas comunidades ribeirinhas, a ancestralidade é invocada na relação com os ‘Encantados’, onde o tempo dos antigos invade o agora, provando-se que, o passado caminha ao lado do povo.

Dessa maneira, a preservação da ancestralidade por meio da língua, garante a transmissão de valores que não seriam captados por manuais tradicionais. Nas comunidades, a educação é o ato de ouvir os mais velhos, bibliotecários vivos da memória. Acerca dessa conexão intrínseca entre o passado vivo e a identidade, o estudo de Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020, p. 5) apontam que:

*O contato dos povos originários de origem africana e indígena, no âmbito das relações sociais, espirituais e culturais, representa forte elemento de resistência aos processos de consolidação política, econômica e social de imposição de subalterna da identidade étnica.*

Essa resistência étnica mencionada pelos autores, é o motor da sobrevivência cultural. A memória coletiva funciona como bússola ética que orienta as decisões políticas das comunidades. Quando se decide contra um projeto minerador, por exemplo, a decisão é baseada no que os ancestrais ensinaram sobre a sacralidade da

terra. O passado, portanto, não está atrás, mas à frente, iluminando-se o caminho da resistência contra a destruição do bioma.

Assim, a ancestralidade afro-indígena transcende a oralidade e materializa-se na cultura física - no traço do grafismo, na tecelagem e na farmacopeia tradicional. Esses objetos e práticas, não são apenas artesanato ou superstição; são 'documentos vivos' da memória coletiva que atualizam o passado no presente. Como defende Munanga (2015), a continuidade histórica do povo é tecida na repetição ritualística desses gestos técnicos e simbólicos, que servem como marcadores de identidade que se recusa a ser subalternizada.

**Imagem 3:** A preservação da memória cultural.



**Fonte:** *Dreams Time* (2010).

Disponível em: [pt.dreamstime.com/idosa-indigena-chefe-da-tribo-asuruni-mulher-asuruni-do-rio-xingu-de-amazonas-no-brasil-com-pintura-cerimonial-tribal-sobre-seu-image245527680](https://pt.dreamstime.com/idosa-indigena-chefe-da-tribo-asuruni-mulher-asuruni-do-rio-xingu-de-amazonas-no-brasil-com-pintura-cerimonial-tribal-sobre-seu-image245527680).

Acesso em: 12 mar. 2026.

A imagem do processo de transmissão ilustra o núcleo da 'trança de saberes': a simbiose entre o ser humano e o reino vegetal. Esse domínio técnico-espiritual constitui a base do 'Bem-Viver'

mencionado por Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020), provando-se que, a saúde e a coesão social das comunidades dependem da preservação dessa memória prática, que funciona como a ciência da experiência oposta à lógica de exploração predatória.

A ancestralidade afro-indígena na Amazônia, é também questão de saúde pública, pois o conhecimento das plantas medicinais é transmitido oralmente de geração em geração, formando-se a farmácia viva. Essa memória prática, salva vidas onde o Estado é ausente, uma vez que, a língua preserva as dosagens, as épocas de colheita e os ritos necessários para que o remédio tenha efeito. Sem essa memória coletiva, as populações ficariam desprotegidas perante as doenças do mundo moderno e da floresta.

O rito de contar histórias ao redor da fogueira ou na proa do barco, é o laboratório de construção dessa memória. É nesses momentos que os jovens aprendem quem são e de onde vieram. Além disso, a oralidade é o suporte dessa trança de saberes, exigindo-se do ouvinte a atenção que o mundo digital dispersa. A memória coletiva é, portanto, exercício de presença e de escuta ativa, fundamentais para a coesão social de qualquer grupo humano que queira permanecer autônomo.

A relação com a morte nas culturas tradicionais, também reflete essa ancestralidade viva. O antepassado não parte definitivamente; torna-se encantado ou guia que continua a zelar pela comunidade. Essa visão remove o medo existencial e fortalece o compromisso com o território. Se os antigos continuam no território, o território deve ser defendido a todo o custo, visto que, a memória coletiva transforma o chão da floresta em cemitério sagrado e berço eterno ao mesmo tempo.

Contudo, a memória coletiva sofre ataques constantes da cultura de massas. A introdução de tecnologias de comunicação sem a mediação crítica, pode levar os jovens a valorizarem o novo externo em detrimento do velho interno. Por isso, a trança de saberes precisa ser reafirmada constantemente como valor de modernidade e sobrevivência. Ser ancestral na Amazônia não é ser antigo, é ser eterno a partir da repetição consciente de gestos e palavras que deram certo por milênios.

Em consonância, a interculturalidade entre negros e indígenas na Amazônia, criou a memória compartilhada de sofrimento e de luta. Ambos os grupos foram empurrados para as margens pelo processo colonial e encontraram na floresta o refúgio comum. Essa aliança histórica, é o que fundamenta a força política da região hoje. A memória das fugas dos quilombos e da resistência nas aldeias fundiu-se numa só gramática de liberdade, que é a base da identidade amazônida.

A valorização dessa ancestralidade na universidade, é o próximo passo para a ciência decolonial. É preciso que os doutores reconheçam a sabedoria dos pajés e dos griôs como ciência da experiência. Quando a academia abre as portas para esses saberes, a memória coletiva deixa de ser 'folclore' para ser reconhecida como epistemologia válida. Essa trança entre a universidade e a aldeia, é o que pode gerar soluções inovadoras para os desafios do século XXI, unindo-se técnica ao espírito.

Dito isto, a ancestralidade é o fio resistente da trança, pois dá o peso e a medida de quem somos. Sem memória, somos apenas consumidores; com memória, somos povos soberanos. A língua é o sopro que mantém essa chama acesa, garantindo-se que, a história

da Amazônia continue a ser contada pelos verdadeiros donos, em voz alta e sem medo, para que o mundo saiba que aqui o passado é presente ativo.

### **3. INTERCULTURALIDADE E DIÁLOGO DE SABERES**

A variedade cultural na Amazônia, não deve ser compreendida como simples encontro harmônico de tradições, mas como processo dinâmico e, por vezes, conflituoso de negociação entre diferentes matrizes civilizacionais. A trança de saberes ganha materialidade nesse tópico, onde o saber indígena e o saber de matriz africana dialogam para produzir respostas às pressões da modernidade ocidental. Segundo Munanga (2015), esse diálogo é à base da identidade plural que não anula as diferenças, mas as utiliza como ferramentas de reforço mútuo na luta pela sobrevivência cultural.

Outrossim, o diálogo de saberes pressupõe a abertura para a alteridade que desafia a hegemonia da ciência positivista. Nas comunidades amazônicas, o conhecimento é validado pela experiência e pela relação direta com o bioma, criando-se a epistemologia própria que integra o físico e o metafísico. Esse processo intercultural permite que práticas como a Pajelança Cabocla incorporem elementos do catolicismo popular e das religiões de matriz africana, resultando-se na síntese única que define o ser amazônida.

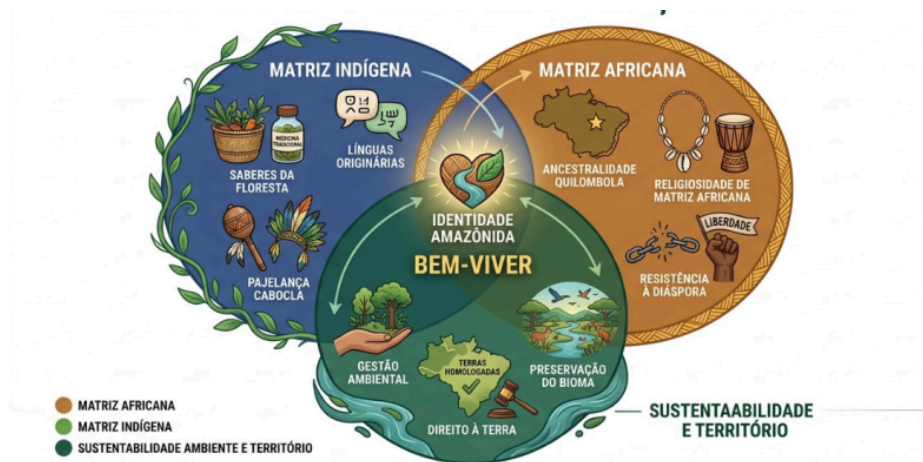
A eficácia desse diálogo, reflete-se diretamente na qualidade de vida das populações, pois ao cruzar conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais e ritos de proteção, as comunidades criam redes de suporte que o Estado falha em prover. Sobre esse amálgama, Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020) sugerem que o respeito pelas

práticas espirituais e culturais de origem africana e indígena, é condição fundamental para o alcance do equilíbrio regional e da dignidade humana.

A construção desse diálogo, exige o que os teóricos chamam de ecologia de saberes, onde a ciência acadêmica e o saber tradicional ocupam espaços de igual importância. Na Amazônia, esse equilíbrio é vital para o desenvolvimento de modelos de sustentabilidade que não sejam meramente teóricos. A variedade cultural crítica, reconhece que sem a participação ativa dos detentores desses saberes, qualquer projeto de preservação ambiental está fadado ao insucesso por ignorar as dimensões subjetivas da relação homem-natureza.

Nessa perspectiva, a materialização da variação cultural pode ser observada na complexidade das práticas rituais e produtivas que fundem elementos de diferentes origens em *prol* de um objetivo comum: a manutenção do Bem-Viver. Esse encontro de fios culturais, cria a tapeçaria de conhecimentos que protege a soberania das comunidades frente às tentativas de padronização exterior.

**Imagem 4:** Diagrama conceptual da Interculturalidade e Ecologia de Saberes na Amazônia.



**Fonte:** Elaborada pelos autores, adaptado de Munanga (2009);  
 Silva; Nascimento; Jesus; Silva. (2020). Disponível em:  
<https://gemini.google.com/app?hl=ppt-BR>. Acesso em 13 mar.  
 2026.

A imagem ilustra de que modo a variedade cultural funciona como sistema de suporte mútuo, onde a interseção de saberes gera soluções inovadoras para a coexistência no bioma. Conforme demonstrado visualmente, esse diálogo não é estático; é o fluxo contínuo de aprendizagem que reafirma a tese de Silva; Nascimento; Jesus; Silva. (2020) sobre a religiosidade e a cultura como condições para a harmonia regional.

O nível político, a partir do diálogo de saberes, fortalece as alianças entre povos da floresta e comunidades quilombolas. Embora possuam trajetórias históricas distintas - uma marcada pela ocupação ancestral e outra pela diáspora e resistência ao regime escravocrata - ambos encontram no território amazônico espaço comum de reafirmação. Essa união não é apenas estratégica, mas ontológica, baseada na visão de mundo que prioriza o coletivo sobre o individual e a preservação sobre a exploração.

Contudo, esse diálogo enfrenta barreiras institucionais severas. O racismo estrutural e o preconceito religioso, tendem a marginalizar os saberes de matriz africana e indígena, rotulando-os como crenças em oposição ao conhecimento europeu. Superar essa barreira, exige

políticas públicas que promovam a justiça cognitiva, reconhecendo-se que, a Amazônia é o centro de produção intelectual sofisticado que oferece alternativas reais à crise civilizatória contemporânea.

A língua, novamente, aparece como o veículo desse diálogo. É por meio da fala - muitas vezes manifestada em variantes linguísticas ricas em empréstimos e hibridismos - que os saberes são partilhados. Quando o pajé e o mestre de terreiro trocam conhecimentos sobre o manejo de uma erva, a língua que utilizam é a própria trança em movimento, garantindo-se que, o conhecimento não se perca na tradução para os moldes ocidentais.

Por conseguinte, o diálogo de saberes na Amazônia é o manifesto pela diversidade, pois prova que a modernidade não precisa ser sinônimo de homogeneidade. A capacidade de trançar saberes distintos sem apagar as origens, é a maior tecnologia social da região. Proteger esse diálogo, é garantir que a Amazônia continue a ser território de inteligências múltiplas, capaz de produzir vida e sentido no mundo que parece cada vez mais desconectado das raízes ancestrais.

#### **4. SABERES TRADICIONAIS E EDUCAÇÃO**

A educação voltada para as populações tradicionais da Amazônia exige, antes de tudo, a ruptura epistemológica com o modelo eurocêntrico que, historicamente, operou como ferramenta de silenciamento e invisibilização. Investigar como os saberes afro-indígenas são transmitidos no contexto escolar, significa reconhecer que a sala de aula deve ser espaço de prolongamento da vida comunitária, e não ilha de isolamento cultural. Segundo Silva (2025), a valorização da língua e dos saberes locais, é o que permite ao

aluno reconhecer-se como sujeito histórico; sem essa validação, a escola torna-se agente de aculturação que desvincula o jovem da base identitária.

A transmissão desses saberes ocorre de forma orgânica, mediada pela oralidade e pela observação participante nas atividades cotidianas da aldeia ou do quilombo. Diferente da pedagogia formal, baseada na escrita e na fragmentação do conhecimento em disciplinas isoladas, a educação tradicional é holística e integrada, pois une o manejo da terra, o tempo das águas e a ética do cuidado em único corpo de conhecimento. Ao trazer esses elementos para o currículo, a escola promove a inclusão real, transformando-se o saber de experiência em conteúdo legítimo respeitado pela instituição.

Para que a educação seja verdadeiramente inclusiva e contextualizada, é imperativo que se adote o 'diálogo de saberes' como metodologia central. Isso implica a presença física e simbólica de mestres e mestras da cultura dentro das instituições de ensino, partilha técnicas de plantio, rezas e narrativas ancestrais que não constam nos manuais didáticos padrões. Essa prática pedagógica não apenas fortalece a autoestima do estudante, mas também combate ao racismo institucional, ao confrontar a ideia de que o único saber válido provém dos centros urbanos. Conforme sugerido por Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020), a integração dessas práticas é a condição para o Bem-Viver, pois conecta o aprendizado à manutenção da harmonia entre o ser humano e o bioma.

A materialização dessa proposta pedagógica, exige que o professor atue como mediador intercultural, capaz de transitar entre a ciência ocidental e a sabedoria da floresta. Esse profissional deve entender que os saberes tradicionais não são 'curiosidades folclóricas', mas

sistemas lógicos de alta complexidade que garantiram a sobrevivência dos povos amazônidas por milênios. Assim, a inclusão desses saberes, permite que o aluno desenvolva a consciência crítica sobre o território, capacitando-o para enfrentar os desafios contemporâneos - como a crise climática e a pressão do agronegócio - a partir da base ética ancestral.

Conseqüentemente, a valorização da oralidade como suporte científico, é um dos maiores desafios dessa nova educação. No ambiente escolar, a escrita costuma ser hierarquizada sobre a fala; contudo, na trança de saberes, a palavra falada é o sopro que mantém a cultura viva. Ao institucionalizar espaços de escuta aos anciãos, a escola reconhece que a autoridade do conhecimento na Amazônia reside na experiência vivida. Esse reconhecimento é o que fundamenta a educação decolonial, onde a biblioteca e a roça, o laboratório e o terreiro, passam a ter o mesmo peso na formação intelectual do estudante.

No contexto das comunidades quilombolas, a educação deve resgatar a história da resistência e da diáspora como eixo de cidadania. A transmissão dos saberes tradicionais nesses espaços, é a forma de garantir que as técnicas de manejo e a religiosidade de matriz africana não sejam erodidas pelo contato com a cultura de massas. A escola quilombola torna-se, assim, centro de soberania cultural, onde a língua e os costumes são protegidos e atualizados, permitindo-se que, a juventude visualize o futuro digno dentro do próprio território, combatendo-se o êxodo rural forçado pela falta de oportunidades contextualizadas.

A contribuição desses saberes para a educação inclusiva, manifesta-se também na desconstrução de estereótipos sobre os povos da

floresta. Quando o currículo integra a tecnologia social indígena e afro-brasileira, ensina para a sociedade - não apenas aos membros das comunidades - que existem outras formas de habitar o planeta. Essa educação contextualizada, funciona como antídoto para a homogeneização cultural, provando-se que, a diversidade linguística e de pensamento é a maior riqueza pedagógica do Brasil, essencial para a construção da democracia pluriétnica.

O fluxo de transmissão observado na imagem anterior, demonstra que o aprendizado tradicional é circular e contínuo. Ao transpor esse fluxo para o ambiente escolar, quebra-se a linearidade do tempo produtivo e adota-se o tempo da natureza e da memória. Essa mudança de paradigma é o que garante a resiliência das línguas tradicionais; a escola deixa de ser o local onde se 'esquece' a língua da aldeia para se tornar o local onde ela é fortalecida e utilizada para compreender o mundo globalizado. É a aplicação prática da trança, unindo-se aos fios de diferentes origens para formar o saber resistente.

Portanto, os saberes tradicionais não são apenas conteúdos a serem adicionados ao currículo, mas sim a base sobre a qual a educação amazônica deve ser construída. Assim, a investigação e valorização dessas práticas, são imperativo ético para a política pública que se pretenda democrática e sustentável. A educação inclusiva e contextualizada é, em última análise, o instrumento que garante que a Amazônia continue a falar, a rezar e a pensar em línguas plurais, assegurando-se que, o Bem-Viver seja mais do que conceito, tornando-se realidade quotidiana nas salas de aula da floresta.

## **5. IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE**

A relação entre a língua, a identidade e o território na Amazônia, é indissociável e visceral; o território não é apenas suporte físico, mas o espaço sagrado onde a língua respira e a cultura se encena. Para as comunidades afro-indígenas, o espaço não é objeto de posse, mercadoria ou exploração predatória, mas extensão do próprio corpo coletivo e da alma ancestral. Nomear o rio, o igapó ou a árvore na língua originária, é ato de apropriação simbólica que reforça o direito histórico à terra e garante a continuidade da memória. A perda ou a degradação do território implica, invariavelmente, no esmorecimento da língua, pois os contextos práticos e espirituais de fala desaparecem com o ecossistema.

Essa conexão com a natureza, gera identidade territorializada, onde cada elemento da paisagem possui significado espiritual, histórico e pedagógico. As comunidades quilombolas e indígenas organizam o espaço baseadas em cosmologias que respeitam os ciclos naturais e os limites da floresta, entendendo-se que, a sobrevivência do grupo depende da saúde do bioma. No entanto, essa harmonia é constantemente tensionada por lógicas desenvolvimentistas externas que enxergam a Amazônia apenas como celeiro de recursos. Como observa Silva (2024), a demarcação dessas áreas é o epicentro de grandes polêmicas políticas, pois confronta a visão de mundo tradicional com os interesses da fronteira econômica extrativista.

O território é, portanto, o arquivo vivo da resistência afro-indígena; nele estão depositados os cemitérios dos ancestrais, as plantas de cura e os locais de morada dos Encantados. A análise dessa territorialidade, exige entender que a preservação do bioma depende diretamente da manutenção destas identidades, que funcionam como guardiãs da ética de vida alternativa ao colapso

ambiental global. A soberania territorial nesses contextos, é sinônimo de soberania cultural: sem o chão da aldeia ou do quilombo, a 'trança de saberes' perde o ponto de ancoragem, transformando-se os sujeitos em exilados dentro da própria pátria.

A materialização dessa identidade territorializada, manifesta-se na gestão comunitária dos recursos, que se opõe à lógica do lucro imediato. O saber sobre o manejo do açaí, a pesca artesanal e a roça de subsistência, constitui tecnologia social que mantém a floresta em pé. Essa prática demonstra que a identidade amazônica é construída na interação cotidiana com o meio, onde o rio não é apenas via de transporte, mas ente vivo que define o ritmo da vida social. Quando o Estado falha em garantir a posse da terra, ataca a própria base da identidade desses povos, forçando-os a abandonar práticas milenares em *prol* da sobrevivência urbana marginalizada.

A resistência territorial é também resistência linguística, pois é no território que os termos específicos da fauna, flora e espiritualidade mantêm a funcionalidade. No contexto das comunidades quilombolas, o território representa o espaço de liberdade conquistado contra a escravidão, onde a língua preservou termos de matriz africana que serviram como códigos de proteção. Para os indígenas, o território é a herança de tempos imemoriais que justifica a autonomia política. Assim, a luta pela terra na Amazônia, não é apenas disputa agrária, mas batalha pelo direito de continuar a existir enquanto grupo étnico diferenciado.

Dessa maneira, a pressão exercida por setores contrários à demarcação de terras, como citado por Silva (2024), ignora que esses grupos, embora pouco numerosos, desempenham papel geoestratégico vital na proteção das fronteiras e do equilíbrio

climático. A soberania nacional, invocada para criticar as demarcações, deveria, pelo contrário, ver nessas comunidades os seus maiores aliados. A identidade territorializada desses povos faz deles os vigilantes naturais de áreas que o Estado tem dificuldade em monitorizar, provando-se que, a trança de saberes é também a trança de segurança e sustentabilidade.

Ademias, a interdependência entre cultura e solo é o que sustenta o conceito de Bem-Viver. Como discutido por Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020), a religiosidade e a cultura estão ligadas à condição de vida na Amazônia, e essa vida só é plena quando o território está protegido. Outrossim, o sagrado manifesta-se na terra: a árvore não é apenas madeira, é o suporte do Axé ou do espírito da mata. Portanto, a destruição do território tradicional, é ato de profanação que desestrutura a organização social e psíquica da comunidade, levando-se à perda de sentido e à fragmentação da identidade.

O gênero também atravessa a territorialidade, sendo as mulheres as principais vozes na defesa das fontes de água e das áreas de coleta de sementes. Assim sendo, a identidade feminina amazônica é forjada na defesa do território-corpo-terra, entendendo-se que, a violência contra a natureza é a violência contra a continuidade da vida que gestam e protegem. A língua que transmitem aos filhos, é a língua que ensina a respeitar os limites do rio e o tempo da mata, reforçando-se a ideia de que a identidade é o compromisso ético com o lugar que se habita.

É válido observar que, a territorialidade é o fio que amarra os outros na trança de saberes. Sem a garantia da terra, a educação contextualizada não tem onde se aplicar, e a ancestralidade perde o local de culto. A análise da Amazônia sob o viés da identidade e do

território, é o reconhecimento de que a região é o mosaico de soberanias que precisam ser respeitadas para que o bioma e as vozes continuem vivos. A luta pela terra é, em última análise, a luta pela permanência da humanidade que sabe viver em diálogo com a Terra, oferecendo-se ao mundo o modelo de resistência que é simultaneamente físico, linguístico e espiritual.

## **6. GÊNERO E LÍNGUA**

As questões de gênero desempenham papel estruturante na preservação e na vitalidade da trança de saberes amazônica, sendo as mulheres as principais guardiãs da memória linguística e das práticas culturais que definem a identidade dos povos da floresta. Na organização social e espiritual das comunidades tradicionais, a mulher assume frequentemente a responsabilidade central pela educação primária e pela transmissão da farmacopeia ancestral. A língua materna é, em sua gênese, o legado feminino, cultivado nos espaços de intimidade, no preparo do alimento e nos ritos de passagem que garantem a coesão do grupo.

Desse modo, o gênero influencia a língua por meio de falares específicos e da gestão da oralidade em contextos rituais e de cura. Em matrizes afro-amazônicas, o comando dos cânticos sagrados e a invocação dos ancestrais são liderados por figuras femininas - as matriarcas, benzedeiras e mães de santo - que asseguram que o léxico sagrado não se perca. Ao preservar a língua em ambientes de extrema vulnerabilidade social, essas mulheres operam como escudos culturais contra o apagamento identitário. Logo, são as pontes que garantem que os fios da identidade não se partam sob as pressões de integração forçada à sociedade envolvente.

Nas comunidades quilombolas e aldeias, a fala feminina é também a fala de resistência política e cuidado territorial. A mulher amazônida não comunica apenas informações; transmite a ética de relação com o bioma que é expresso a partir de termos e conceitos que personificam a natureza. O ato de ensinar a língua tradicional aos filhos no mundo que impõe o bilinguismo desigual, é a forma de militância silenciosa. Essa resistência garante que a criança cresça com o código linguístico necessário para interpretar o território sob a ótica da abundância e do respeito, em oposição à lógica da escassez e exploração.

A análise do fluxo de transmissão evidenciada na imagem anterior, demonstra que o protagonismo feminino é o que garante a resiliência das línguas tradicionais frente à homogeneização cultural. Além disso, o papel das mulheres transcende a esfera doméstica, situando-as como as verdadeiras gestoras da diversidade no cotidiano amazônida. Assim, são responsáveis por adaptar a língua aos novos tempos, incorporando-se novos termos sem permitir que a essência gramatical e fonética da fala ancestral seja erodida. Esse trabalho de tecelagem linguística é fundamental para a sobrevivência das cosmovisões afro-indígenas.

Além da educação, a relação entre gênero e língua, manifesta-se no domínio das ervas e dos segredos da floresta. A nomenclatura das plantas medicinais é, em grande parte, vocabulário dominado pelas mulheres, que conhecem as nuances entre a cura e o perigo. Quando a mulher transmite esse saber, está a transferir a biblioteca viva de termos que não possuem tradução direta para o português padrão. A perda desse protagonismo feminino resultaria, portanto, na perda científica e linguística incalculável para a humanidade e para o equilíbrio do ecossistema regional.

No âmbito da religiosidade afro-indígena, conforme discutido por Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020), a condição do Bem-Viver está ligada à harmonia que essas lideranças femininas promovem no terreiro e na aldeia. A língua utilizada nas rezas e nos pontos cantados, é a língua que acolhe e organiza a comunidade. A voz feminina assume, aqui, a função litúrgica e de comando, desafiando-se as hierarquias de gênero ocidentais e reafirmando-se que, na Amazônia, a autoridade da palavra reside na linhagem matrilinear e na sabedoria acumulada pelas mais velhas.

Contudo, a invisibilidade histórica das mulheres na política linguística oficial, é o reflexo do racismo e do sexismo estrutural. No entanto, na prática quotidiana da floresta, negociam os espaços de poder e de fala. A resistência dessas guardiãs manifesta-se na manutenção de sotaques, ritmos e léxicos que identificam o sujeito do Norte. O reconhecimento do gênero como dimensão da soberania linguística, é admitir que a trança de saberes só permanecesse unida porque mãos femininas continuam a tecer os fios da memória com paciência e rigor ético.

Além disso, a interdependência entre a liderança feminina e a tradição oral, como ilustrada no modelo conceitual acima, reforça que a cultura amazônica é a cultura de cuidado e continuidade. A mulher é a mediadora entre o mundo dos Encantados e o mundo dos vivos, utilizando-se a língua como o instrumento de conexão. Essa posição estratégica permite-lhe filtrar as influências externas e proteger a integridade do grupo. Sem o suporte vocal e simbólico das mulheres, a ancestralidade tornar-se-ia museu estático, em vez de ser a força vibrante que guia o presente da região.

Consequentemente, a vulnerabilidade social e econômica que atinge as mulheres na fronteira amazônica, não as impede de exercer esse papel de liderança cultural. Pelo contrário, a língua e a cultura tornam-se ferramentas de empoderamento e de denúncia contra as violações dos corpos e territórios. Dessa forma, a fala feminina na Amazônia, é a fala de denúncia e de cura simultaneamente, pois utilizam a palavra para fechar o corpo e para abrir caminhos, provando-se que, a língua é o território da identidade soberana e o escudo contra a barbárie contemporânea.

A análise de gênero é indispensável para compreender a vitalidade das línguas tradicionais, pois as mulheres não são apenas usuárias da língua; são as arquitetas e defensoras. Dessa maneira, a valorização do papel feminino na transmissão da cultura afro-indígena, é o primeiro passo para a política de educação e preservação realmente eficaz. A 'trança de saberes' é, em última análise, o trabalho de artesanato feminino, onde cada palavra preservada é a vitória da vida sobre o apagamento, garantindo-se que, a Amazônia continue a ser território de vozes plurais, fortes e femininas.

## **7. LÍNGUA E ESPIRITUALIDADE**

Nas comunidades afro-indígenas da Amazônia, a língua não se limita à função de comunicação interpessoal; assume a dimensão litúrgica e sagrada, pois funciona como veículo primordial de conexão com a transcendência. A espiritualidade nesses territórios é indissociável da palavra falada, pois é por meio do sopro e do som que se invocam as forças da natureza e os ancestrais. Segundo Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020), a língua é o instrumento que permite a expressão da fé, onde o sagrado não está em templos

distantes, mas na própria materialidade da floresta, dos rios e do cotidiano comunitário.

Assim, a relação entre língua e fé manifesta-se com vigor nos ritos de Pajelança e nos cultos de matriz africana, onde o uso de termos ancestrais - incompreensíveis para o estranho ao rito - possui a eficácia simbólica fundamental. Esses 'falares sagrados' preservam a gramática da alma, que resistiu aos processos de cristianização forçada. A manutenção dessas línguas rituais, garante a eficácia do trabalho espiritual: para o devoto, o Encantado ou o Orixá atende pelo nome que lhe foi dado na língua de origem, estabelecendo-se a ponte de identidade que a língua do colonizador é incapaz de construir.

O vocabulário espiritual amazônico é, por natureza, amálgama cultural. Nele, fundem-se termos de troncos linguísticos indígenas com o léxico banto e iorubá, criando-se a sonoridade única que identifica a religiosidade regional. Como afirmam Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020), essa fusão não é perda, mas potência criadora de novas formas de existência social. A língua, nesse contexto, opera como trança que une o panteão africano às divindades das águas e das matas, consolidando-se a cosmologia de resistência que prioriza o equilíbrio ambiental e o respeito aos ciclos da vida.

A análise da oralidade sagrada, evidencia que a palavra possui o poder de encantar o mundo. Nos pontos cantados e nas rezas de cura, o ritmo e a fonética da língua tradicional são responsáveis por alterar o estado de consciência e promover a harmonia do grupo. Conforme demonstrado visualmente, a língua funciona como o núcleo do sistema onde a fé e a natureza se fundem. A perda desse código linguístico significaria, portanto, o silenciamento dos deuses

e o esvaziamento do sentido existencial das comunidades, que veem na língua o suporte da soberania espiritual.

Além disso, a espiritualidade também atua como o principal mecanismo de preservação da língua em contextos de pressão urbana. Sendo assim, termos que caíram em desuso nas trocas comerciais ou domésticas, permanecem vivos e vibrantes dentro do terreiro ou da maloca. O espaço do sagrado funciona como refúgio linguístico, território onde a língua é protegida da homogeneização. Essa resistência, por meio da fé, prova que a religiosidade é uma das forças resilientes da identidade amazônica, garantindo-se que, o passado ancestral continue a ser presente ativo a partir do sopro da reza.

A relação entre língua e espiritualidade é também relação de parentesco com o bioma. Na fala religiosa afro-indígena, os elementos da natureza são tratados como sujeitos, com nomes e vontades próprias. Essa personificação do rio e da mata, expressa por meio da linguagem de cuidado e reverência, é o que sustenta o conceito de Bem-Viver. Para o sujeito amazônico, rezar na língua é ato de ecologia, pois reconhece a sacralidade do território e estabelece o contrato ético com o invisível para a manutenção da vida e da abundância.

O fluxo de conexão entre a palavra e a ética ambiental, como ilustrado no modelo anterior, reforça que a diversidade linguística é o suporte da diversidade biológica. A língua sagrada ensina quais árvores não podem ser derrubadas e quais igarapés são morada de seres protetores. Sem a precisão desses termos tradicionais, o conhecimento sobre a sacralidade da terra perde-se, abrindo-se caminho para o extrativismo predatório. A valorização da língua na

expressão da fé é, portanto, estratégia de sobrevivência planetária, fundamentada na sabedoria dos povos que sabem falar com a Terra.

O protagonismo feminino é novamente central nesse tópico, pois são as mulheres que, em grande medida, zelam pela correção das palavras rituais. Dessa maneira, são as donas das rezas e as guardiãs dos segredos fonéticos que garantem a ligação com os guias espirituais. A língua espiritual, sob o cuidado feminino, torna-se ferramenta de cura física e social. A palavra da benzedeira ou da mãe de santo, é a palavra que organiza o caos e restaura a saúde, provando-se que, na Amazônia o léxico é a medicina que atua onde a ciência ocidental não alcança.

Logo, a língua é o tecido com o qual se costura a relação entre o humano e o divino na Amazônia. A investigação dessa dimensão, é o reconhecimento de que a política linguística deve contemplar o direito ao exercício da fé em línguas plurais. Assim, a espiritualidade afro-indígena é a guardiã suprema da trança de saberes, pois enquanto houver reza, haverá língua; e enquanto houver língua, a identidade amazônida permanecerá soberana. A proteção das línguas da floresta, é a garantia de que o mundo continue a ter acesso à música sagrada da existência, que ecoa nos quilombos e aldeias como manifesto de liberdade e vida.

## **8. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E DIREITOS CULTURAIS**

A discussão sobre políticas linguísticas na Amazônia, exige o reconhecimento de que a língua não é apenas fenômeno cultural, mas objeto de direitos humanos e políticos fundamentais. Historicamente, o Estado brasileiro operou sob a lógica de monolinguismo compulsório, utilizando-se o português padrão

como ferramenta de unificação nacional e apagamento das dissidências étnicas. Contudo, a preservação das línguas afro-indígenas demanda a inversão desse paradigma, exigindo-se políticas públicas que reconheçam a diversidade como ativo da soberania nacional. Segundo Silva (2025), as políticas linguísticas devem deixar de serem instrumentos de assimilação para se tornarem mecanismos de fomento à diversidade.

Os direitos culturais, garantidos pela Constituição de 1988, estabelecem que o Estado deve proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. Na prática amazônica, isso se traduz no direito das comunidades de serem educadas nas línguas maternas e de terem os nomes e territórios respeitados nos próprios termos linguísticos. A política linguística eficaz, é aquela que garante que o sujeito do quilombo ou da aldeia não precise abandonar a língua originária para acessar serviços básicos ou participar da vida política. Os direitos culturais são, portanto, o escudo jurídico que impede que a 'trança de saberes' seja desfeita pelas pressões da globalização.

No cenário regional, as disputas por direitos culturais estão intrinsecamente ligadas à posse da terra. Como observa Silva (2024), a polêmica política em torno da demarcação de territórios é também a disputa pelo direito de existir culturalmente. Sem o território homologado, as políticas linguísticas tornam-se frágeis, pois o espaço de reprodução da cultura fica vulnerável a invasões e desmatamentos. Portanto, a promoção das línguas afro-indígenas deve ser integrada à política ambiental e fundiária, que entenda que a proteção do bioma é indissociável da proteção dos direitos de seus povos tradicionais.

A materialização dessas políticas, ocorre por meio de ações afirmativas que valorizam os saberes tradicionais em espaços institucionais. O reconhecimento oficial de línguas indígenas como co-oficiais em municípios amazônicos, é exemplo de avanço significativo. Essa medida obriga o serviço público a se adaptar à realidade local, garantindo-se que, o diálogo de saberes ocorra em condições de igualdade. Conforme demonstrado visualmente, a eficácia da preservação cultural depende da articulação entre a garantia jurídica do território e a implementação de currículos escolares que reflitam a realidade sociolinguística da região.

A promoção das culturas afro-indígenas, exige também o combate ao racismo linguístico, que marginaliza sotaques, léxicos e variantes regionais. As políticas públicas devem atuar na sensibilização da sociedade civil, demonstrando-se que, a multiplicidade de vozes na Amazônia é riqueza científica e não 'atraso' no desenvolvimento. O direito à língua é o direito à própria interpretação do mundo; quando o Estado protege a língua minoritária, está protegendo a forma única de inteligência humana. A 'trança de saberes' é, nesse sentido, patrimônio imaterial que exige investimento constante em documentação e revitalização.

O papel das universidades e dos institutos de pesquisa é central no desenho dessas políticas. A produção científica deve servir de suporte para a criação de gramáticas, dicionários e registros audiovisuais das línguas em perigo de extinção. No entanto, esse processo deve ser conduzido sob a ética da decolonialidade, garantindo-se que, as comunidades sejam protagonistas e não apenas objetos de estudo. Como defendem Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020), a harmonia e o Bem-Viver dependem do respeito intrínseco aos saberes tradicionais, o que inclui o direito das

comunidades definirem como línguas e culturas devem ser promovidas e ensinadas.

O fluxo de preservação cultural demonstrado anteriormente, reforça que a legislação isolada não é suficiente; é necessária a participação ativa das comunidades no monitoramento das políticas. Os direitos culturais só se tornam reais quando há autonomia para que o pajé, a matriarca quilombola e a jovem liderança possam pautar as necessidades dos grupos. A governança linguística deve ser comunitária, garantindo-se que, os recursos destinados à cultura cheguem à ponta, fomentando-se festivais, ritos e produções literárias que mantenham a trança vibrante e resistente às transformações sociais.

A questão do gênero também atravessa as políticas linguísticas, visto que, as mulheres são as principais afetadas pela falta de serviços públicos que respeitem a língua materna, especialmente na área da saúde. Dessa maneira, políticas de atendimento humanizado devem considerar a barreira linguística como fator de exclusão. A promoção do direito cultural, é também garantir que a mulher amazônica possa gestar, parir e curar na própria língua, reafirmando-se a dignidade e o papel como guardiã da descendência e da memória, visto que, a língua é o território da identidade feminina soberana, e a proteção é dever ético do Estado.

Em consonância, as políticas linguísticas e os direitos culturais, são os fios que dão segurança jurídica à resistência afro-indígena. A investigação dessas dinâmicas, é admitir que a Amazônia do futuro depende do pacto nacional que valorize a diversidade. A trança de saberes só continuará a ser tecida se houver solo firme, língua livre e direito respeitado. Ao promover a pluralidade linguística, o Brasil

sinaliza ao mundo que é capaz de conciliar desenvolvimento e ancestralidade, garantindo-se que, a Amazônia continue sendo santuário de vida e de palavras plurais que ecoam em defesa da humanidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A investigação sobre a língua e o contexto social sob o viés amazônida, permitiu concluir que a região não deve ser compreendida apenas como bioma geográfico, mas como território de insurgência linguística e resistência cultural. A metáfora da trança de saberes demonstrou-se eficaz para descrever a interdependência entre as matrizes afro e indígenas, revelando-se que, a força da identidade regional reside precisamente na fusão de conhecimentos que, embora distintos em origem, convergem na defesa comum da vida e da autonomia territorial.

Ao longo desse estudo, evidenciou-se que a língua transcende a comunicação funcional, pois atua como o suporte primordial da espiritualidade e da ancestralidade. Nas comunidades quilombolas e aldeias, a manutenção das línguas tradicionais configura-se como ato político de insubordinação contra o apagamento histórico. Como observado por meio das análises de Silva (2025); Silva; Nascimento; Jesus; Silva (2020), a preservação do léxico ancestral é o que garante o acesso ao conceito de Bem-Viver, permitindo-se que, essas populações interpretem o mundo e interajam com a natureza sob a ética de cuidado que desafia a lógica predatória contemporânea.

Sendo assim, a dimensão de gênero emergiu como o fio de sustentação dessa trança, revelando-se o protagonismo das mulheres como arquitetas da memória e gestoras da diversidade

linguística no cotidiano. Sem a resistência feminina na transmissão da língua materna e da farmacopeia tradicional, a continuidade da cultura afro-indígena estaria severamente ameaçada. Da mesma forma, a relação indissociável entre identidade e territorialidade, reafirmou que a soberania linguística depende do solo firme: a proteção do bioma amazônico, é a proteção das vozes que sabem nomeá-lo e protegê-lo, conforme defendido por Silva (2024).

Logo, esse trabalho destaca que, o futuro da Amazônia depende urgentemente de políticas linguísticas e direitos culturais que retirem esses saberes da marginalidade institucional. É imperativo que a educação e o sistema jurídico reconheçam a pluralidade amazônica, não como resquício do passado, mas como tecnologia social avançada para a sobrevivência do planeta. A trança de saberes afro-indígenas permanece como símbolo de esperança e cidadania plural, provando-se que, enquanto a floresta falar em línguas múltiplas, haverá resistência e possibilidade do futuro soberano para os povos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 12 mar. 2026.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SILVA, Diego Barbosa da. Políticas linguísticas para línguas indígenas no Brasil: entre resistência(s) e retomada(s) no pós-redemocratização. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 33, n.

3, p. 76–113, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/61404>. Acesso em: 11mar. 2026.

SILVA, Kéurya Santarém da. **Territórios e Territorialidades na Amazonia:** lutas e resistências no Território PAE Juruti-Velho - PA. 2024. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (Graduação em Licenciatura em Geografia) - Universidade do Estado do Amazonas, Parintins. 2024. Disponível em: <https://ri.uea.edu.br/items/92805f8b-f065-48dc-9a9d-d8b733944efc>. Acesso em: 11 mar. 2026.

SILVA, Reginaldo Conceição da; NASCIMENTO, Ana Lídia Cardoso do; JESUS, Sérgio Nunes de; SILVA, Josué da Costa. Religiosidade afro-amazônica: Condição do bem-viver na amazônia. **Revista Presença Geográfica, UNIR.** vol. 7, núm. Esp. 02, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifro.edu.br/server/api/core/bitstreams/afa194cc-c221-4a3f-9064-7d0c44024058/content>. Acesso em 11 mar. 2026.

---

Pesquisa desenvolvida entre as parcerias do grupo Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA-CNPq-IFRO) com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), da Universidade do Estado do Amazônia (UEA), campus Tabatinga-AM.

<sup>1</sup> Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4562982800661410> Bacharela em Direito (Faculdades Integradas de Cacoal - UNESC, RO). Com especialização em: a) Direito Processual Civil e Didática do Ensino Superior (Damásio Educação); b) Direito Processual Previdenciário e Direito previdenciário (Centro Universitário Uni Dom Bosco); c) Direito Civil e Empresarial (Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus). Mestra em Direitos Humanos (Universidade Regional do

Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, RS). Foi professora substituta na Fundação Universidade Federal de Rondônia, *campus* Cacoal. Faz parte do grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA-CNPq-IFRO), atua nas linhas de pesquisas: 1. *Saberes e Práticas Discursivas Amazônicas de Povos e Comunidades Tradicionais*, especificamente trabalhando com *Indígenas, Quilombolas, Comunidades de Terreiros, Ribeirinhos, Agricultores Familiares* e outros que compõem a diversidade amazônica brasileira, bem como 2. *Direitos Humanos, Culturas, Saberes e Linguagens*. Afinidades nos temas: Cidadania; Direitos Humanos; Educação; Estado Democrático; Povos e Comunidades Tradicionais Amazônicas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2077300677497872> ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8942-3234> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista/UNESP, *campus* de Marília/SP, sob a orientação da professora Doutora Tânia Suely Antonelly Marcelino Brabo, no Doutorado Interinstitucional em Educação PPGE/2023, na linha Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais. Mestra em Psicologia (UNIR). Especialista em Administração e Gerenciamento Escolar (UNIR). Graduada em História (UNIR). Servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com lotação na Reitoria-PVh (Técnica em Assuntos Educacionais). Faz parte do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Históricos e Literários (DGP-CNPq-IFRO, na linha Educação Inclusiva, Diversidades e Direitos Humanos). Faz parte do grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA), na linha Saberes e Práticas

Discursivas Amazônicas de Povos Tradicionais. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>3</sup> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8537046678523286> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7158-8185> Docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atua como professor permanente na Pós-Graduação (Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA) e no Mestrado Profissional em Processos e Tecnologias Educacionais em Rede Nacional (ProfEDUCATEC-UEA). Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCOSA). Licenciado em Geografia (UNEB). Mestre em Cartografia Social e Ciências Políticas da Amazônia (UEMA). Doutor em Geografia (UNIR). Professor de Geografia (UEA, *campus* Tabatinga-AM). É pesquisador nos Grupos de Pesquisa Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais (UEA); Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (UEA); Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA, IFRO). Bolsista de Produtividade. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>4</sup> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9648583745536616> ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8255-751X> Professor Titular de Língua Portuguesa, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *campus* Cacoal-RO. Acadêmico do Curso de Direito, do Centro Universitário Mauricio de Nassau (UNINASSAU), *campus* Cacoal-RO. Licenciado em Letras Português/Inglês/Literaturas (UNEB/FFCLC). Licenciado em História (UNICV). Especialista em Língua Portuguesa: Redação e Oratória (CUBM). Especialista em História da Cultura Indígena e Afro-brasileira (FAMART). Especialista em Antropologia Brasileira (FAMART). Especialista em Direito Internacional (FACEO). Mestre em Linguística (UNIR). Mestre em

Science in Legal Studies, Emphasis in International Law (MUST).  
Doutor em Ciências da Educação (UTIC). Doutor em Estudos da  
Linguagem (UNICAP). Fez estágio pós-doutoral em Ciências da  
Educação (UFLO). Fez estágio pós-doutoral em Cartografia Social  
(UEMA). Professor permanente no PPGL-UNIR; ProfEPT-IFRO;  
ProfLETRAS-IFRO. Colaborador no PPGAgro-UNIR; PPGL-UNEMAT.  
Pesquisador associado ao Projeto Nova Cartografia Social da  
Amazônia - PNCSA-UEA (Centro de Ciências e Saberes dos Povos e  
Comunidades Tradicionais de Terreiro - *Carmelita Nunes da  
Conceição* 'CARMÉ'). Atualmente lidera o grupo de pesquisa  
Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na  
Amazônia (DGP-CNPq-IFRO). Pesquisador Web of Science  
Researcher iD: PQA-4188-2026. Escritor, músico e poeta. E-mail:  
[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)